

ESTADO E REVOLUÇÃO – conceitos inseparáveis

José Reynaldo de Carvalho

Escrito e publicado em agosto-setembro de 1917, no auge da crise política que culminou na Grande Revolução Socialista de Outubro, *O Estado e a Revolução* consagrou-se como uma das obras fundamentais da literatura marxista. Baseado em experiências históricas - as revoluções de 1848-1851 na Europa, nomeadamente na França, e na Comuna de Paris de 1871, o autor faz uma explanação pormenorizada da *doutrina* (o termo é do próprio Lênin) de Marx e Engels sobre o Estado. Era sua intenção fechar o livro com um capítulo dedicado à experiência das revoluções russas de 1905 e 1917, mas conforme explicação que dá no posfácio à primeira edição, a tarefa ficou incompleta: “Tinha já estabelecido o plano do capítulo seguinte, o sétimo: A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917. Mas, além do título, não tive tempo de escrever uma única linha deste capítulo: ‘impediu-me’ a crise política, a véspera da revolução de Outubro de 1917. Só podemos alegrar-nos com tal ‘impedimento’. Mas o segundo fascículo da brochura (consagrado à Experiência das revoluções russas de 1905 e 1917) deverá provavelmente ser adiado por muito tempo; é mais agradável e mais útil viver a ‘experiência da revolução’ do que escrever sobre ela”.

O leitor contemporâneo, sobretudo se fizer parte da atual geração de militantes da luta pelo socialismo, ao estudar o livro de Lênin deve ter em conta o espírito e a linguagem da época, tomar o texto como uma obra clássica e, como tal, fonte de ensinamentos históricos, nunca como uma cartilha com fórmulas prontas a copiar e “aplicar”. *O Estado e a Revolução* foi escrito numa época em que o proletariado russo, no quadro de um período revolucionário de extensão continental em praticamente toda a Europa, se preparava para executar a tarefa histórica de derrubar, pela via revolucionária, o Estado opressor vigente e ainda não tinha clareza sobre como e por quê substituí-lo, o que exigia desenvolver a teoria marxista acerca do Estado, à luz da experiência concreta. Foi essa a tarefa que se propôs Lênin ao escrever *O Estado e a Revolução* e é nisso que consiste sua formidável importância teórica e política.

O tema de *O Estado e a Revolução* está no centro de um intenso debate teórico, com implicações práticas e históricas, entre as correntes envolvidas na luta pela transformação revolucionária da sociedade. A sociologia burguesa define o Estado como uma instituição situada à margem ou acima das classes sociais. E estabelece um elo entre a função mantenedora da ordem da organização estatal e a conciliação dos interesses das classes, a harmonização dos conflitos entre aquelas. A sociologia burguesa nega a natureza de classe do Estado e ao fazê-lo proclama o fim da luta de classes. Em *O Estado e a Revolução* Lênin refuta esses argumentos e, citando Engels exaustivamente, repõe nos seguintes termos o

* Publicado originalmente em *A Classe Operária* n° 186, 14 de março de 2000 – p. 11

ponto de vista marxista sobre o caráter de classe da organização estatal: “*O Estado não é, portanto, de modo nenhum um poder imposto de fora à sociedade; tão pouco é ‘a realidade da idéia moral’, a ‘imagem e a realidade da razão’ como Hegel afirma. É, isso sim, um produto da sociedade em determinada etapa de desenvolvimento; é a admissão de que esta sociedade se envolveu numa contradição insolúvel consigo mesma, se cindiu em contrários inconciliáveis que ela é impotente para banir. Mas para que esses contrários, classes com interesses econômicos em conflito, não se devorem e à sociedade numa luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, que aparentemente está acima da sociedade, que abafe o conflito e o mantenha dentro dos limites da ‘ordem’; e este poder nascido da sociedade mas que se coloca acima dela, e que cada vez mais se aliena dela, é o Estado*”. (Engels, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, citado por Lênin em *O Estado e a revolução*, Obras Escolhidas, Ed. “Avante!”, vol. 2 pág.226). Comentando esta definição, Lênin diz em *O Estado e a Revolução*: “*Encontra-se aqui expressa com toda a clareza a idéia básica do marxismo sobre a questão do papel histórico e do significado do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis*”. (Lênin, V.I., *op. citada*, pág. 226) Temos aqui uma descoberta teórica que confronta com a posição de filósofos e cientistas políticos burgueses, posteriormente adotada por chefes políticos oportunistas empenhados em ocultar a essência de classe do Estado, apresentá-lo como um ente abstrato, imutável, eterno, isento de determinações pelas relações econômicas, posicionado acima das classes. É evidente que semelhantes conceitos se adequavam aos esforços que faziam os oportunistas para rebaixar os objetivos revolucionários do proletariado.

O fulcro da argumentação de Lênin em *O Estado e a Revolução* é a categorização da organização estatal como ente histórico. O Estado não existiu sempre (nem existirá para sempre), mas a partir do momento em que a sociedade atingiu uma determinada fase de desenvolvimento, precisamente aquela em que ocorre a divisão em classes hostis com interesses antagônicos e inconciliáveis. Segundo esse ponto de vista, o Estado é a expressão da inconciliabilidade das contradições de classe.

Lênin explica como o marxismo conceitua o Estado - uma superestrutura erigida sobre uma base econômica historicamente determinada. Como tal, esta superestrutura é acionada em nome e em defesa dos interesses da classe dominante. Isso significa que a classe dominante no terreno econômico também exerce o poder político. Essa conceituação constitui a chave para compreender as funções do Estado e dos seus órgãos constitutivos - o exército, a polícia, a justiça, o aparato burocrático, as instituições políticas representativas, enfim, o poder coercitivo, administrativo e político, que se agiganta na razão direta do agravamento dos conflitos de classe. É também à base da conceituação do Estado como instrumento de dominação de uma classe sobre outra, que Lênin aborda em seu livro a questão dos tipos e formas do Estado. Demonstra que os Estados se distinguem por seu caráter de classe e que os diversos tipos de Estados opressores conhecidos na história expressam a dominação das classes dominantes respectivas e que nos marcos de cada tipo de Estado, com um caráter de classe definido, este se reveste de diversas formas, conforme as condições históricas e políticas concretas, o grau de desenvolvimento e a correlação de forças na luta política, as tradições nacionais, os traços culturais dos povos etc.

Vencido o desafio da conceituação do Estado como categoria histórica com caráter de classe, Lênin enfrenta em seu livro outra questão capital da ciência política: a necessidade

da ruptura revolucionária para alterar o caráter de classe do Estado. A Revolução de 1848-1851, quando o proletariado se lançou pela primeira vez na história como força independente, em luta aberta por seus próprios objetivos, e duas décadas depois, a Comuna de Paris, quando o proletariado “tomou os céus de assalto”, suscitaram em Marx e nos marxistas a reflexão sobre que atitude deve o proletariado revolucionário tomar em face do Estado burguês - adaptar-se, ocupando os espaços conquistados à burguesia, ou destruí-lo para soerguer sobre os seus escombros novas formas de exercício do poder estatal? Já nas primeiras obras do marxismo maduro, *Miséria da Filosofia* e *Manifesto Comunista*, os fundadores do marxismo preconizaram a necessidade de o proletariado *organizar-se como classe dominante*. Mas foi a experiência concreta da revolução que levou Marx à formulação de conceitos tais como *destruição do estado burguês e criação da ditadura do proletariado*.

Estado e Revolução passaram a ser termos indissociáveis quando se trata da questão de alçar a classe trabalhadora à condição de classe dominante. É por isso que para Lênin, o problema do poder do Estado é o problema fundamental da revolução. Em boa medida, o século XX foi o século das revoluções e da realização das primeiras experiências de construção de um novo tipo de Estado. Os fundadores do marxismo e Lênin conceberam o Estado socialista como um Estado edificado pelas próprias massas trabalhadoras, com a idéia central da participação destas no exercício direto do poder político. Para Lênin, o que distingue o Estado socialista do Estado burguês é a participação direta e ativa dos trabalhadores no governo, a tal ponto que o primeiro dirigente do Estado socialista soviético chegou a caracterizá-lo como aquele em que uma “simples cozinheira” interessa-se pelas questões do Estado. Por isso, e também por expressar os interesses fundamentais e as aspirações das massas trabalhadoras, o Estado socialista foi concebido como o tipo mais elevado de democracia, uma democracia de novo tipo, porque além de promover a participação direta dos trabalhadores, o Estado socialista procede à liquidação do divórcio entre a proclamação dos direitos e liberdades democráticas e sua efetiva realização. *O Estado e a Revolução* consistiu, nesse sentido, além de uma teorização sobre o Estado, um lineamento geral do programa para a construção política do Estado socialista, arquitetado como transição para atingir no longo prazo ao estágio superior da sociedade comunista quando, segundo o marxismo, o Estado se extinguiria.

As idéias defendidas por Lênin em *O Estado e a Revolução* mantêm validade conceitual, malgrado o tempo decorrido e as recentes derrotas na concretização do projeto revolucionário iniciado quando da publicação do livro. Submetido à prova da história, o Estado socialista não conseguiu ainda fazer vingar o ambicioso projeto de criar um tipo novo e superior de democracia através da participação direta e ativa dos trabalhadores. Quanto ao Estado burguês, tende cada vez mais ao exercício do poder absoluto da grande burguesia e à dominação imperialista. Os antagonismos de classe tornaram-se mais acentuados. Novas rupturas se colocam objetivamente na ordem do dia. Não restam dúvidas de que o trabalho de Lênin sobre o Estado e a Revolução estará, como outras obras clássicas do marxismo-leninismo, na base teórica dos novos programas revolucionários.